

CAMINHOS E DESCAMINHOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Paulo Eduardo Silva Galvão
paulo1970edu@gmail.com

Resumo

O presente artigo apresenta a pesquisa desenvolvida acerca da presença de estudantes com deficiências em escolas do campo. Tomou como objeto de pesquisa a realidade da Rede Municipal de Educação de Campo Grande analisando o quantitativo de estudantes por deficiência por unidades escolares do campo. A investigação promoveu questionamento quanto a interface existente entre a educação especial e a educação do campo, refletindo sobre o papel da escola enquanto instituição responsável não somente pelo processo de escolarização, mas também como grupo social que promova o desenvolvimento da cidadania em seus direitos e deveres seja capaz de apresentar uma proposta pedagógica que contemple a realidade do campo em seus saberes da terra.

Palavras-chave: Educação do Campo; Educação Especial; Políticas Educacionais.

Introdução

O objetivo deste estudo é descrever e analisar o trabalho na área da educação especial em escolas do campo do Município de Campo Grande/MS.

Durante o período letivo de 2017 e primeiro semestre de 2018 o pesquisador realizou estudos e encontros de formação promovido pela Secretaria Municipal de Educação de Campo Grande enquanto diretor-adjunto de uma escola do campo. No decorrer deste processo formativo despertou o interesse em investigar o contexto da educação especial nas escolas do campo. Para o princípio da investigação, o pesquisador recorreu as informações contidas no Sistema Municipal de Indicadores Georeferenciados para o Planejamento e a Gestão de Campo Grande/MS – SISGRAN¹ e dados apresentados pela Divisão de Educação Especial de Secretaria Municipal de Educação – SEMED/DEE.

No decorrer do primeiro semestre de 2018, foram realizadas visitas e entrevistas com professores da educação especial que atuam em duas escolas do campo, as entrevistas visaram compreender a interface entre a educação especial e a educação do campo e como esta se apresenta no cotidiano escolar. Em 2018, o pesquisador ingressou ao GEFORT – Grupo de

¹ SISGRAN - É uma ferramenta que contribui para a articulação e complementariedade entre os diversos setores da Prefeitura Municipal de Campo Grande, que integra em um único sistema as informações dos órgãos da administração direta e indireta.

Estudos e Pesquisas em Política de Formação e Trabalho Docente na Educação Básica que integra o Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), tal participação motivou a investigação no que diz respeito às políticas educacionais que legislam a interface entre Educação Especial e Educação do Campo. Por fim, esta trajetória possibilitou o seguinte questionamento: Qual a Educação Especial que se quer no campo?

Educação Especial e Educação do Campo: Indicadores Educacionais no Município de Campo Grande/MS

Neste estudo, compreende-se a análise dos indicadores sociais na perspectiva de uma didática para a Pedagogia Histórico-Crítica, em que o ponto de partida do método não será a escola, nem a sala de aula, mas a realidade social mais ampla. A leitura crítica dessa realidade torna possível apontar um novo pensar e agir pedagógicos. Conforme Gasparin (2012), deste enfoque, da Pedagogia Histórico-Crítica, defende-se o caminhar da realidade social, como um todo, para a especificidade teórica da sala de aula e desta para totalidade social novamente, tornando possível um rico processo dialético de trabalho pedagógico (GASPARIN, 2012, p.3). A abordagem a ser realizada parte do conhecimento das partes analisando cada realidade e contexto escolar evidenciando uma perspectiva dialética da realidade, onde

[...] o desenvolvimento dessa proposta pedagógica, toma-se como marco referencial epistemológico a teoria dialética do conhecimento, tanto para fundamentar a concepção metodológica e o planejamento do ensino-aprendizagem, como ação docente-discente (GASPARIN, 2012).

Partindo desse enfoque, os dados que serão apresentados foram coletados de duas fontes: do site do SISGRAN e arquivos da Divisão da Educação Especial SEMED/DEE. Neste contexto, não se recorreu as informações do Censo Escolar, pois a última atualização das mesmas no sistema para consulta pública da Secretaria de Educação ocorreu no ano de 2014. Sobre o período de análise, foi tomado o ano base de 2017 com resultado apresentado no ano de 2018.

A Rede Municipal de Educação conta hoje com oito escolas localizadas no campo. Neste contexto da educação do campo deve-se considerar que esta apresenta uma identidade própria, onde as representações dos manifestos do povo do campo se faz por políticas públicas que garantam o seu direito à educação e a uma educação que seja no e do campo. Por esta razão ao realizar a análise das políticas públicas da educação do campo tem que ter claro que a educação do campo é resultante de movimentos sociais em busca de seus direitos a educação.

Para se ter a dimensão do público da educação do campo na rede municipal de educação buscou-se o registro de dados do sistema do SISGRAN. Este sistema trabalha com três bancos de dados: alunos matriculados frequentes, capacidade de alunos por escolas e vagas disponíveis para matrícula. Neste recorte foi tratado somente as escolas do campo.

Quadro 1 – Total de estudante matriculados nas escolas do campo

<i>ESCOLAS</i>	<i>TOTAL DE ESTUDANTES FREQUENTES</i>	<i>CAPACIDADES DE ESTUDANTES</i>	<i>ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA</i>
EM Arnaldo Estevão de Figueiredo	435	435	10
EM Barão do Rio Branco	153	153	4
EM Darthesy Noves Caminha	364	364	0
EM Isauro Bento Nogueira	489	489	16
EM Oito de Dezembro	144	144	0
EM Orlandina Oliveira Lima	142	142	1
EM Manoel Gonçalves Martins	12	12	0
EM Leovegildo de Melo	202	202	1

Fonte: SISGRAN2018

A análise dos dados fornecido pelo site do SISGRAN é possível evidenciar que as escolas do campo da Rede Municipal de Campo Grande apresentam o perfil de escolas do porte pequeno/médio de acordo com o número de alunos matriculados e frequentes. Sendo assim, as escolas apresentam condições favoráveis quanto ao público alvo da educação do campo para se desenvolver uma proposta pedagógica que atenda as especificidades da comunidade local de cada uma das realidades.

As informações oferecidas pela SEMED/DEE permitem delinear o público alvo da educação especial dentro do universo da Educação do Campo. As informações estão organizadas em duas vertentes: Estudantes matriculados na rede segundo a situação de domicílio e deficiência. Considerando que a situação de domicílio se refere a localidade da moradia dos estudantes, neste caso, todos residem em circunstâncias de zona rural ou do campo.

Outra vertente de análise é apresentada de acordo com a deficiência dos estudantes. Os dados referem-se aos alunos matriculados no ano de 2018.

Quadro 2- Total de estudantes com deficiência matriculados nas escolas do campo

<i>ESCOLAS</i>	<i>Deficiência Visual</i>	<i>Deficiência Auditiva</i>	<i>Deficiência Física</i>	<i>Deficiência Intelectual</i>	<i>TEA Transtorno do Espectro Autista</i>
EM Gov. Arnaldo Estevão de Figueiredo	0	0	2 PC	62	
EM Barão do Rio Branco	0	0	1 PC	21	
EM Isauro Bento Nogueira	1 Baixa Visão	0	3 (2 usuários de cadeira de rodas)	102	
EM José do Patrocínio	0	0	1 PC	30	
EM Orlandina Oliveira Lima	0	0	0	10	
EM Leovegildo de Melo	0	0	0	10	
EM Darthesy Novaes Caminha	0	0	0	00	
EM Manoel Gonçalves Martins	0	0	0	00	
EM Oito de Dezembro	0	0	0	00	
TOTAL POR DEFICIÊNCIA	1	0	8	235	
TOTAL	37				

Fonte: SEMED/DEE- 2018

Ainda, de acordo com as informações da SEMED/DEE, somente duas escolas das oito escolas do campo oferecem o Atendimento Educacional Especializado em Sala de Recursos Multifuncionais. Os atendimentos oferecidos acontecem no contraturno ao horário do ensino comum. Aqui cabe um outro questionamento: Os estudantes que residem a uma distância de 3 quilômetros da unidade escolar têm o direito ao transporte escolar. Bem se sabe que o mesmo só é oferecido no horário em que o estudante está matriculado no ensino comum. Desta forma, os estudantes frequentes à sala de recursos residentes acima da quilometragem especificada não têm o direito/benefício ao transporte escolar para frequentar o Atendimento Educacional Especializado?

Outra vertente de análise a partir das informações oferecidas pela SEMED/DEE é a formação específica dos professores que atuam na Educação Especial nas escolas do campo. Para atuar na educação especial, o professor deve ter como base da sua formação, inicial e continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área. Essa formação possibilita a sua atuação no atendimento educacional especializado,

aprofunda o caráter interativo e interdisciplinar da atuação nas salas comuns do ensino regular, nas salas de recursos.

QUADRO 3- Formação acadêmica dos professores da Educação Especial em Escolas do Campo

ESCOLAS	Total de Docentes	Superior Completo *	Pós-graduação na Área da Educação Especial	Mestrado em Educação	Doutorado em Educação
EM Gov. Arnaldo Estevão de Figueiredo	5	5	5	1 cursando	
EM Barão do Rio Branco	4	4	4	1 cursando	
EM Isauro Bento Nogueira	5	5	5		
EM José do Patrocínio	2	2	2		
EM Orlandina Oliveira Lima	1	1	1		
EM Leovegildo de Melo	1	1	1	1 cursando	
EM Darthesy Novaes Caminha	0	0	0		
EM Manoel Gonçalves Martins	0	0	0		

Fonte: SEMED/DEE- 2018

Analisando os quadros constata-se que o público alvo da educação especial está presente em 70% das escolas do campo, o que reforça a necessidade de repensar na interface entre a Educação Especial e a Educação do Campo. Atentando ainda que a média de professores com formação específica para atuarem na modalidade apresentada na realidade da educação do campo é de 100%. O fato dos professores apresentarem a formação necessária para atuarem na educação especial direciona-se a importância de repensar as práticas pedagógicas apropriadas para a efetivação de uma Pedagogia Histórica-Crítica.

Queremos uma pedagogia que, sem renunciar à exigência do rigor, admita a espontaneidade, o sentimento, a emoção, e aceite, como ponto de partida, o que eu chamaria de “o aqui e o agora” perceptivo, histórico e social dos alunos (FREIRE e CAMPOS, 199, p.5)

Conforme Gasparin (2012), a proposta pedagógica mencionada derivada da teoria dialética do conhecimento tem como primeiro passo ver a prática social dos sujeitos da educação, pode-se dizer que é a apropriação da realidade tanto por parte do professor, quanto

por parte do estudante. A tomada de consciência sobre essa prática deve levar o professor e os estudantes à busca do conhecimento teórico que ilumine e possibilite refletir sobre seu fazer prático cotidiano, a prática se tornaria uma resultante da reflexão e ação dos sujeitos a partir da realidade utilizando-se desta para enfim promover as transformações necessárias no contexto social.

Os dados mostram que, na Rede Municipal de Educação de Campo Grande, que o número de estudantes com deficiência nas escolas do campo é de 2,05% do total de estudantes matriculados em 2018. Espera-se que o mesmo movimento de inclusão ocorrido nas escolas urbanas também aconteça nas escolas do campo. É preciso trazer para o espaço escolar estes estudantes que muitas vezes se encontram excluídos nas localidades do campo sem o acesso à escola. Com esse panorama em mãos, apresenta-se a interface entre a educação especial e a educação do campo na legislação atual.

A interface entre a Educação Especial e a Educação do Campo

Para mencionar a realidade existente entre a Educação do Campo e a Educação Especial deve-se considerar que a “Educação” aqui compreendida por estes dois grupos: estudantes com deficiência e estudantes do campo, é resultante de lutas de movimentos, de famílias, de colaboradores, de educadores, de grupos sociais que verificaram que ambos grupos vivenciaram durante muito tempo da História da Educação uma discriminação e exclusão no contexto escolar. Tanto um, quanto outro percorreram um processo histórico na constituição do sujeito na educação. Os deficientes passaram de um sistema educacional assistencialista para um sistema educacional de igualdade, pelo menos é o que se rege na Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

O movimento mundial pela educação inclusiva é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os estudantes de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação. A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola (BRASIL, 2007)

A escolarização do estudante com deficiência se configura hoje como resultante de um processo de lutas e conquistas, onde, cada escola torna-se o palco da realidade inclusiva atentando-se para a concepção de sujeito existente nesta comunidade escolar, como este

pertence dos movimentos existentes da própria escola e como a torna democrática perante as necessidades de vivência e cumprimento de seus direitos enquanto cidadão.

Para Freitas (2004), os processos de escolarização dos estudantes com deficiências precisam ser analisados levando-se em conta as mediações sociais, uma vez que compreendemos as escolas como “[...] campos de poder assimetricamente constituídos no interior de uma sociedade de desiguais” (FREITAS, 2004. p.1)

No contexto da educação do campo, constata-se a necessidade de esclarecimento quanto ao direito a educação perante a sua realidade social, nesta perspectiva Arroyo, Calcard e Molina (2011) consideram a necessidade de “[...] defender o direito que uma população tem de pensar o mundo a partir do lugar onde vive, ou seja, da terra em que pisa, melhor ainda a partir da sua realidade”. (ARROYO, CALCARD & MOLINA, 2011. p. 141)

Por esta razão emerge o inevitável pensar na questão dos estudantes com deficiência em contexto da escola do campo. Para a compreensão desta realidade é preciso apropriar-se do conhecimento no que se refere aos manifestos e lutas dos movimentos que sustentam a existência destes dois grupos no contexto social. Como afirma Caiado e Gonçalves 2013,

Por diferentes caminhos, os movimentos sociais organizados na luta por melhores condições de vida, as pessoas com deficiência e os trabalhadores do campo, têm conquistado espaço na legislação; têm, portanto, conquistado instrumentos jurídicos de luta (CAIADO & GONÇALVES, 2013).

A discussão a respeito da interface entre Educação Especial e Educação do Campo se manifesta mediante a indispensabilidade de reflexão e clarificação da existência deste sujeito estudante matriculado em escola de ensino comum. Conforme o que preconiza o Ministério da Educação, [...] a interface da educação especial na educação indígena, do campo e quilombola deve assegurar que os recursos, serviços e atendimento educacional especializado estejam presentes nos projetos pedagógicos construídos com base nas diferenças socioculturais desses grupos (BRASIL,2010).

A Educação do Campo se define como sendo uma modalidade da educação que ocorre em espaços denominados rurais. Diz respeito a população do campo: os agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, os caiçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural (BRASIL, 2010). O amparo legal da educação ao público alvo da educação especial se dá mediante a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que assinala: a educação especial integra a proposta pedagógica da escola regular, buscando eliminar as barreiras para a

plena participação de seu público-alvo – alunos com deficiência, transtorno do espectro autista (TEA) e altas habilidades/superdotação (BRASIL, 2008).

Definido os dois grupos que integram o objeto desta pesquisa, faz necessário analisar o aparo legal que dialoga com estas duas realidades permitindo a existência da interface das práticas pedagógicas existentes. Esta interface entre a educação especial e a educação do campo aparece em dois momentos das legislações específicas da educação do campo e da educação especial. No que diz respeito a educação do campo, conforme a Resolução nº 2/2008, esclarece:

§ 5º - Os sistemas de ensino adotarão providências para que as crianças e os jovens portadores de necessidades especiais, objeto da modalidade de Educação Especial, residentes no campo, também tenham acesso à Educação Básica, preferentemente em escolas comuns da rede de ensino regular (BRASIL, 2008).

O diálogo entre as duas vertentes é reafirmado no documento da educação especial, conforme texto da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que considera:

A interface da educação especial na educação indígena, do campo e quilombola deve assegurar que os recursos, serviços e atendimento educacional especializado estejam presentes nos projetos pedagógicos construídos com base nas diferenças socioculturais desses grupos. (BRASIL, 2008).

Tomando por base as duas afirmações apresentadas julga-se necessária a discussão destas a fim de que se possa traçar uma proposta pedagógica que atenda às necessidades deste público investigado. Segundo Gasparin (2012), o fazer pedagógico é uma forma que permite compreender os conhecimentos em suas múltiplas faces dentro do todo social. O conhecimento não pode ser compreendido como unidimensional, mas como uma apreensão crítica das diversas dimensões da mesma realidade.

Os caminhos da educação especial na educação do campo: O que se pretende?

Assim como nas escolas urbanas, os estudantes com deficiência matriculados em escolas do campo enfrentam problemas no que diz respeito aos atendimentos clínicos especializados, além de outros fatores como a localização e a precariedade no transporte para locomover-se das regiões rurais para cidade. Desta forma, o que se pretende é que a escola busque através de suas ações pedagógicas desenvolver um trabalho que contemplem o desenvolvimento dos estudantes no aspecto cognitivo quanto no desenvolvimento social tornando-o autônomo e independente.

As escolas do campo em sua maioria apresentam condições favoráveis para desenvolver uma proposta pedagógica para estes estudantes apontando o seu desenvolvimento. Os saberes que cada estudante traz consigo a respeito da realidade em que está inserido dentro da comunidade rural favorece o seu desenvolvimento nas habilidades cognitivas e acadêmicas. O que se precisa é que a escola enquanto instituição responsável não somente pelo processo de escolarização, mas também como grupo social que promove o desenvolvimento da cidadania em seus direitos e deveres seja capaz de apresentar uma proposta pedagógica que contemple a realidade do campo em seus saberes da terra.

Para compreendermos o papel social da escola perante a comunidade rural é preciso primeiramente conhecer esta realidade, as dimensões sociocultural e econômica. Na relação entre sociedade e educação, a história revela a relação entre as desigualdades sociais e as desigualdades escolares tecidas e ainda presentes em nosso país. Com raiz agrária, latifundiária, patriarcal e escravocrata temos as marcas históricas de uma escolarização para a elite, uma forte resistência à educação pública, uma escola que se constitui para conformação e qualificação técnica (SAVIANI, 2010).

De acordo com o pensamento de Dermeval Saviani, a escola do campo precisa superar as barreiras da exclusão social existente para desenvolver o seu papel de escola para o estudante do campo que tem suas raízes socioculturais na terra. Não distante desta realidade encontra-se o estudante com deficiência que além das dificuldades para fazer prevalecer os seus direitos enquanto estudantes da educação especial, ainda encontra a exclusão social marcada pelo pensamento da elite educacional.

Mediante o exposto, corrobora-se com o pensamento de Lanna Junior, onde se defende uma proposta que promova e assegure o direito à escola para as pessoas com deficiência que vivem no campo, não é a proposta de se repetir o que se tem hoje nas escolas urbanas. O projeto atual de escola urbana também não atende aos interesses de uma formação plena, para a vida. Não se nega a conquista do direito à matrícula das pessoas com deficiência em escolas – conquista dos movimentos organizados (LANNA JÚNIOR, 2010).

Com este pensamento acredita-se que uma proposta pedagógica que venha contemplar ao desenvolvimento pleno dos estudantes com deficiência em escola do campo seja uma proposta fundamentada na Pedagogia Histórico-Crítica, onde professor e estudante partem dos saberes da terra e nele constituem os saberes acadêmicos e posteriormente retornam este saber construído para a realidade vivida. É essa a educação que se busca para que realmente haja uma

transformação na vida dos estudantes da educação especial, principalmente para os estudantes com deficiência que estão matriculados em escolas do campo.

Conclui-se que a abordagem realizada neste estudo possibilitou ter uma visão de como está hoje a população de estudantes com deficiência matriculada em escolas do campo no Município de Campo Grande. O direcionamento do estudo aponta para a necessidade de uma reflexão no que diz respeito a didática adotada em escolas do campo, se as mesmas atingem com eficiência os anseios da aprendizagem dos estudantes com deficiência promovendo não somente o conhecimento científico, mas se estão transformando os saberes da terra em conhecimentos científicos que promovem mudanças em suas vidas na realidade em que estão inseridos.

Menciona-se assim que os movimentos sociais do campo têm significativa importância na construção da educação do campo e mais necessariamente tem a relevância de trazer para o debate do palco da educação a temática da presença dos estudantes com deficiência no contexto educacional do campo. Os dois grupos que integram a discussão possibilitam que sejam tomadas verdadeiras discussões a respeito da temática, para que os estudantes com deficiência venham sofrer duplo processo de exclusão dentro da escola.

Referencias

ARROYO, M., CALCARD, R., MOLINA, M. (org.). **Por uma educação do campo**. 5º ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas**. Brasília: MEC, 2007.

_____. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, janeiro de 2008.

_____. Decreto nº 7.352, de 4 novembro de 2010. **Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária-PRONERA**. 2010b. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 02 julho. 2018.

CAIADO, K.R., GONÇALVES, T.G. **Educação Especial em Escolas do Campo: Análise de um município do Estado de São Paulo**. Artigo. Revista HISTEDBR On-line. Campinas, nº 50 (especial), p. 179-193, maio 2013. Disponível em:<<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640301>>. Acesso em: 1º de julho 2018.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 5.ed.Rio de Janeiro RJ: Paz e Terra. 1978.

FREIRE, P. & CAMPOS, M. O. **“Leitura da palavra ... leitura do mundo”**. O Correio da UNESCO, Rio de Janeiro, RJ, vol. 19, n.2, pp.4-9, fev. 1991.

FREITAS, Luiz Carlos de. **A avaliação e as reformas dos anos 1990**: novas formas de exclusão, velhas formas de subordinação”. Educação e Sociedade, vol.25, nº86, Campinas, SP. pp. 131- 170, abril. 2004

GASPARIN, J. L. **Uma didática para pedagogia histórico-crítica**. 5º ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

LANNA JÚNIOR, M. C. M. (comp.) **História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2010.